



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

ATA DA REUNIÃO SOBRE A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Data: 23 de junho de 2009, com início às 15h.

Local: Esplanada dos Ministérios, bloco T, Ministério da Justiça, edifício-sede, gabinete do Consultor Jurídico, sala 228.

Participantes : 1) Rafael Favetti – CONJUR/MJ, 2) Lílían Almeida – CONJUR/MJ, 3) José Antonio Roldão - Agraer/MS, 4) André Puccinelli – Governo/MS , 5) Waldemir Moka - Dep. Federal , 6) Tereza Cristina C. da Costa - Seprotur/MS , 7) José Barcellos - PGE/MS , 8) Cláudio Rosa da Cruz - Governo/MS, 9) Antonio Carlos Soares Martins - PGF/AGU, 10) Antonio Salmeirão - PGF/PFE/FUNAI, 11) José Antonio de Sá - FUNAI/DAF, 12) Teresinha G. Maglia - MJ , 13) Leila Silva - FUNAI/DAF, 14) ElaWiecko V.de Castilho-MPF/6º CCR, 15) Paulo Maldos- Gabinete pessoal PR , 16) Joaquim Modesto - DPP/PGU, 17) Fernando Matos - CGPDDH/SEDH/PR , 18) Juliana Miranda - CGPDDH/SEDH/PR , 19) Emerson Siqueira - MPF/PR-MS , 20) Carlos Alberto dos Santos - DPF, 21) Lylia Guedes Goletti - MMA , 22) Egon Krakhecke - MMA , 23) Aluisio Azanha - FUNAI, 24) Mariana Levy- SAL/MJ, 25) Thiago dos Santos Luz - MPF (Ponta Porã/MS) , 26) Marco Antonio D. de Almeida – MPF (Dourados/MS) , 27) Ivair Augusto - SEDH/PR , 28) Patricia Cardoso - SPU/MPOG, 29) Anita Dias - SPU/MPOG, 30) Mario Sobral - SPU/MPOG /MS , 31) Dilsileia M. Monteiro - PGU.

Síntese da reunião: Representantes do governo federal, do governo do Estado do Mato Grosso do Sul e do Ministério Público Federal se reuniram com o objetivo de discutir sobre a realização dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, autorizados por Portarias do Presidente da FUNAI. Proprietários de terras no Estado do Mato Grosso do Sul resistem em aceitar os referidos estudos e, assim, têm impedido a entrada dos grupos de trabalho nas propriedades rurais. O Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Dr. Pedro Abramovay, afirmou que os grupos de trabalho, nos dias 20 de julho a 30 de agosto, procederão aos estudos no Estado do MS, mas não entrarão dentro das propriedades particulares. O objetivo desse estudo, no período acima mencionado, é aumentar as informações a respeito do número de agricultores na região em questão, dos índios e da dimensão dos hectares de terras. Nesse sentido, o grupo de trabalho se concentrará mais no contato com os indígenas para levantar um maior número de dados. O Governo do Mato Grosso do Sul se manifestou favorável à

ida do grupo de trabalho ao Mato Grosso do Sul nos dias 20 de julho a 30 de agosto e afirmou sua preocupação tanto com os índios da região, quanto com os proprietários rurais. Assim, ressaltou que o governo estadual está na busca de um consenso, de uma solução que atenda a ambos os interesses e que não corresponda a uma expropriação dos proprietários rurais. Chegou-se à conclusão, na reunião, que tanto os índios como os proprietários rurais precisam ser informados sobre as discussões e deliberações que têm sido tomadas nas reuniões entre governo federal, governo do Estado do Mato Grosso do Sul e Ministério Público Federal.

Encaminhamentos:

1) Realização de reunião entre representantes do governo federal, do governo do Estado do Mato Grosso do Sul e do Ministério Público Federal com os índios do Mato Grosso do Sul. Data: dia 01 de julho (quarta-feira). Horário: 15h. Local: Esplanada dos Ministérios, bloco T, Ministério da Justiça, edifício-sede, gabinete do Consultor Jurídico, sala 228.

2) Realização de reunião entre representantes do governo federal, do governo do Estado do Mato Grosso do Sul e do Ministério Público Federal com as seguintes entidades do Estado do Mato Grosso do Sul: a) FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de MS; b) ACRISSUL-Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul; c) FAF/ MS – Federação da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul; d) FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul; e) FIEMS – Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul; f) CUT- MS – Central Única dos Trabalhadores; g) APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso do Sul; h) ASSOMASUL-Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul. Data: dia 06 de julho (segunda-feira). Horário: 15h. Local: Esplanada dos Ministérios, bloco T, Ministério da Justiça, edifício-sede, gabinete do Consultor Jurídico, sala 228.

3) Realização de estudos de soluções jurídicas, visando a demarcar as terras indígenas no Mato Grosso do Sul e a indenizar adequadamente os proprietários rurais. Hipóteses: a) projeto de emenda à Constituição Federal; b) projeto de emenda à Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul.

4) Verificar a experiência do Estado do Rio Grande do Sul no que tange à solução jurídica alcançada para demarcar terras indígenas no estado e indenizar os proprietários rurais.